

Excelentíssimo Senhor Governador,
Senhoras e Senhores:

Hoje, dia 20 de março de 2012, véspera do Dia Internacional contra a Discriminação Racial, e dentre as atividades comemorativas aos 47 anos da PGE, estamos fazendo história.

O Governador Tarso Genro e a Procuradoria-Geral do Estado estão escrevendo, neste exato momento, uma linda página da história do Rio Grande do Sul.

Vamos, inicialmente, nos remeter 137 anos atrás.

Destacar a importância do passado, sem ódio ou rancor, é demonstrar os avanços da Sociedade, do Estado e do Direito. É não esquecer que, em determinados momentos históricos, dentro de determinados contextos sócio-políticos, o Direito e o Estado serviram para excluir, oprimir e discriminar.

137 anos atrás, mais precisamente no dia 23 de dezembro de 1837, foi positivado, no ordenamento jurídico estadual, pelo então Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Antônio Elizário de Miranda e Brito, a Lei nº 14, com a seguinte redação:

Da instrução Primária
Das Escolas de Instituição Primárias
(...)

Art. 3º São proibidos de freqüentar as Escolas Públicas
(...)

§ 2º os escravos e pretos ainda que sejam livres ou
libertos.

Palácio do Governo na Leal e Valorosa cidade de Porto
Alegre (...)

A leitura desta lei é bem clara: brancos podiam estudar, negros eram impedidos de estudar. Destaco que a Lei diz expressamente “(...) **pretos AINDA QUE LIVRES OU LIBERTOS**”.

Tal referência é para exemplificar as várias formas que negros e negras foram perseguidos e discriminados, e o compromisso que todos nós devemos assumir de REPARAR as injustiças que foram – e infelizmente ainda continuam sendo – praticadas contra afro-brasileiros e afro-brasileiras.

Com efeito, a realidade sócio-racial brasileira ainda evidencia um enorme abismo entre negros e não-negros.

Conforme dados do IBGE:

25 milhões de pessoas no Brasil vivem abaixo da linha de pobreza. Dessas pessoas, 70% são negras.

6,5% dos brancos com mais de 15 anos são analfabetos. Esse número é cinco vezes maior na população de negros e pardos.

No mercado de trabalho, o rendimento médio recebido por negros e pardos é de 660 reais, enquanto o rendimento dos brancos é de 1.300 reais. Ou seja, há uma diferença de 50%.

Os cargos de chefia no Brasil, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, são 94% ocupados por brancos e apenas 3,5% ocupados por negros.

O parecer da PGE-RS, que hoje ganha caráter normativo, contribui para redefinir o ingresso no serviço público estadual, reconhecendo a constitucionalidade da política de cotas raciais.

O parecer dialoga com a existência, por mais de 350 anos, da escravização racial no Brasil. Dialoga também com a permanência da discriminação racial até os dias de hoje, e com as dificuldades de ascensão e mobilidade social de afro-brasileiros.

O sistema de cotas, conforme dito no parecer, constitui-se em medida adequada e proporcional na busca da redução das desigualdades raciais. Trata-se de medida que não poderá ter duração para além daquela necessária para consecução de seus fins, sendo, pois, ainda que de longo prazo, de caráter transitório. A Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial aponta expressamente neste sentido.

Estamos, no dia de hoje, de forma material e irrefutável, promovendo a equidade racial e fazendo com que a realidade que acabamos de referir seja modificada. Estamos ajudando a construir um Estado **MENOS** discriminador, **MAIS** acolhedor e **MAIS** solidário.

Assim como o ProUni, instituído pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro, revolucionou o ingresso de afro-brasileiros às universidades deste país, o presente ato contribuirá para revolucionar positivamente o ingresso no serviço público do nosso Estado.

Como nos ensina Norberto Bobbio, os direitos não são frutos da natureza, mas sim, uma conquista política dos grupos sobre um determinado território, com o intuito de transformá-lo.

Refiro-me aos ensinamentos de Bobbio para reconhecer que o momento que ora vivenciamos só está sendo possível graças a militância de muitos homens e mulheres. Alguns deles inclusive deram suas vidas a essa causa.

Neste sentido, quero saudar os Movimentos Negros Gaúchos, em especial as companheiras e companheiros aqui presentes, que nos ensinaram e continuam nos ensinando muito com sua militância contra a discriminação racial.

É com muito orgulho que a Procuradoria-Geral do Estado passa a contribuir diretamente com esta Luta, sendo uma das protagonistas deste ato, que certamente entrará para a história do nosso Estado !

Para encerrar, passarei a breve leitura de algumas manifestações que a PGE recebeu nos últimos dias a respeito do Parecer:

Mensagens facebook

Lucio Antonio Machado Almeida Que momento! Lutamos muito para que esse dia chegasse! Parabéns aos negros, brancos e todos aqueles que sonham com um Brasil e um Rio Grande do Sul muito mais justo.

Daniela de Campos Mais uma conquista. Mais um passo dado para que se chegue à cidadania para TODOS! A sociedade brasileira tem uma dívida com o povo negro que precisa ser reparada, e o sistema de cotas é uma forma de reparação.

Luiz Mendes A luta anti-racista não é só dos negros, mas dos brancos que tem vergonha na cara e reconhecem o que seus antepassados fizeram ao nosso povo africano. Mais ainda, reconhecem o que os colonizadores brancos ainda fazem com parte do continente africano. O maior racismo dessa gente que é contra cotas, é fingir que não é racista.

Mensagens e-mail

Frei David Santos

Já estamos divulgando em nossas redes sociais a nossa alegria e agradecimento ao Governador TARSO por ter o nosso Rio Grande do Sul adotando cotas no serviço público!

Que ZUMBI, lá do céu, interceda a Deus pelo nosso Governador para que ele tenha coragem de continuar Governando preocupado com os pobres.

Roberto Caldas, juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Mais um grande passo na efetivação da igualdade racial no ambiente de trabalho, um belíssimo exemplo que vem do Rio Grande do Sul.

Tivemos oportunidade de participar de debate e defender, no final de novembro passado, exatamente na PGE/RS, sobre a possibilidade de atos normativos como o que será agora firmado.

Parabéns ao Procurador-Geral, ao Governador Tarso Genro e a tod@s @s gaúch@s.

Estas manifestações são uma pequena amostra, Senhor Governador, de que estamos no caminho certo!

Muito Obrigado!

